

## PARTE II

## PODER LEGISLATIVO

## ATOS DE PESSOAL

## DECRETO N. 6.357

**MARIO CESAR**, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

**EXONERAR** os servidores abaixo relacionados, a partir de 1º de abril de 2.013:

<b>Nome:</b>	<b>Cargo:</b>	<b>Símbolo:</b>
CATALINO CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	Assistente Parlamentar VI	APCM-111
LUZIA LOREN DA SILVA	Assistente Parlamentar V	APCM-110

Câmara Municipal de Campo Grande-MS, 1º de abril de 2.013.

**MARIO CESAR**  
Presidente

## PARTE IV

## PUBLICAÇÕES A PEDIDO

## CONCESSÃO

**KLEIN & FIGUEIRA ONCOLOGIA S/S**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR a Licença Ambiental modalidade Instalação para atividade de Clínica de Oncologia sem internação localizada na Rua Dr. Zerbini, Lote 12 – Chácara Cachoeira, Município de Campo Grande/MS.

## REQUERIMENTO

**VRANDA'S DO PANTANAL LTDA ME** torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévia para atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de gêneros alimentícios – comércio varejista de bebidas. Localizada à RUA BOM PASTOR 306 VILAS BOAS município de Campo Grande –MS.

## REQUERIMENTO

**ROZIE TE PEREIRA DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ/CPF sob n.º 608.231.351-87, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Renovação da Licença Ambiental Simplificada n.º 010.049/2008 com vencimento em 07/04/2013, localizada na Av. Candido Garcia de Lima s/nº, Quadra 164, Lote 11, Bairro Nova Lima, CEP 79.017-120, no município de Campo Grande-MS. Com atividade de Produção e Comércio Atacadista de Linguíça.

## CONCESSÃO DE LICENÇA

**FRANCISCO DE ASSIS RAMOS DE MEDEIROS** torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano–SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévia com validade 18 meses a contar de 27/03/2013, para atividade Posto de Combustível, localizado à Av. Carlinda Pereira Contar L13V/Q06 - Bairro–Veraneio, município de Campo Grande – MS.

## REQUERIMENTO DE LICENÇA

**FRANCISCO DE ASSIS RAMOS DE MEDEIROS** torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano–SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Instalação, para atividade Posto de Combustível, localizado à Av Carlinda Pereira Contar L13V/Q06 - Bairro–Veraneio, município de Campo Grande–MS.

## REQUERIMENTO

**CRISTIANE BRITES ALBUQUERQUE MEI**, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Prévia para atividade de Bar com música, localizada Rua Nhamundá n° 1342, Jardim Columbia CEP 79.018.082, município de Campo Grande – MS.

## REQUERIMENTO

**CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, localizada na rua Antonio Maria Coelho, N6065, lote T3R, Vivendas do Bosque, Campo Grande/MS, torna público que requereu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Prorrogação da Licença Ambiental n.º 02.208/2011 - Modalidade Licença prévia, para atividade de: Assistência social e médica, consultórios médicos e odontológicos.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A comissão organizadora convoca os ambulantes dos terminais a Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14/04/2013 no horário das 16:00 horas às 17:00 horas, na Rua Wellington, 33. Para deliberarem a seguinte ordem do dia: A) A) Fundação e aprovação do Estatuto Social. B) Eleição e posse da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação dos Vendedores Ambulantes dos Terminais de Transbordo de Campo Grande. Informações 3042-6790.

A **EMPRESA ÁGUAS GUARIROBA S.A.** torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) a Licença Ambiental – Modalidade Licença de Instalação N.º. 02.024/2013 com validade de **02 MESES** a contar de 21/03/2013, para a atividade da **Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Imbirussu**, localizada na **Rua Muxeque Chinzarian esquina com Rua Annes Salim Saad – Pólo Industrial Oeste**, município de Campo Grande – MS.

## REQUERIMENTO

**LH IMÓVEIS LTDA** torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévia para atividade de **SHOWROOM DE CARROS E RESTAURANTE**. Localizada à **AV. AFONSO PENA, 4275, BAIRRO CACHOEIRA**, município de Campo Grande–MS.

## REQUERIMENTO

**CLÍNICA CARANDÁ S/S LTDA** torna público que requereu à Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévia para atividade de **CLÍNICA MÉDICA COM INTERNAÇÃO**. Localizada à **AV. MATO GROSSO N° 4418** município de Campo Grande – MS.

**P S FLUMINHAN LOCAÇÃO ME** torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR a Licença Ambiental – Modalidade Ambiental modalidade PREVIA, para atividade de Prestação de serviço de locação: contêiner, escora para laje, andaimes, caçamba, maquinas e equipamentos para construção com operador, Localizada na Rua Vista Alegre, 606, casa 03, Vila Almeida, município de Campo Grande – MS.



**Santa Casa**  
Associação Beneficente de Campo Grande

**SANTA CASA SAÚDE**  
ANS Nº 306428  
CNPJ 03.276.524/0001-06

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

BALANÇO PATRIMONIAL				BALANÇO PATRIMONIAL					
		2.011	2.012	AV.		2.011	2.012	AV.	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>	<b>31.816</b>	<b>32.269</b>	<b>2%</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>Notas</b>	<b>71.045</b>	<b>63.831</b>	<b>-10%</b>
Disponível	4	11.021	328	-97%	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	157	542	246%
Aplicações	5	1.441	3.338	132%	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar		-	410	0%
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>6</b>	<b>268</b>	<b>45</b>	<b>-83%</b>	Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		-	133	0%
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		268	45	-83%	Debitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	13	1.472	1.377	-6%
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	14.155	22.190	57%	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	4.132	9.245	124%
Créditos Tributários e Previdenciários		797	105	-87%	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	4.069	5.753	41%
Bens e Títulos a Receber	8	3.625	6.190	71%	Debitos Diversos	16	61.215	46.914	-23%
Despesas Antecipadas		309	73	-76%	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>37.943</b>	<b>55.778</b>	<b>47%</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.811</b>	<b>23.172</b>	<b>-3%</b>	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	15.695	14.541	-7%
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.455</b>	<b>3.142</b>	<b>-9%</b>	Provisões Contingenciais	18	-	8.454	0%
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	3.385	2.697	-20%	Provisões Eventos / Sinistros a Liquidar		-	156	0%
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		70	445	536%	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	19.842	15.969	-20%
<b>Imobilizado</b>	<b>10</b>	<b>20.356</b>	<b>20.030</b>	<b>-2%</b>	Debitos Diversos	19	2.406	16.658	592%
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares / Odontológicos		1.629	1.655	2%	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>(53.561)</b>	<b>(64.169)</b>	<b>20%</b>
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares / Não Odontológicos		169	-	-100%	Patrimônio Social	20	2.372	2.372	0%
Bens Móveis – Hospitalares / Odontológicos		2.372	6.101	157%	<b>Reservas</b>		<b>9.797</b>	<b>9.119</b>	<b>-7%</b>
Bens Móveis – Não Hospitalares / Não Odontológicos		4.523	861	-81%	Reservas de Reavaliação	21	9.797	9.119	-7%
Outras Imobilizações - Hospitalares / Odontológicas		300	701	0%	<b>Superávit / Déficit</b>		<b>(65.730)</b>	<b>(75.660)</b>	<b>15%</b>
Outras Imobilizações - Não Hospitalares / Não Odontológicas		11.338	10.712	-6%	Prejuízos (Déficits) Acumulados	22	(56.174)	(71.976)	28%
Intangível		25	-	-100%	Prejuízos (Déficits) Resultado		(9.556)	(3.684)	-61%
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>11</b>	<b>10.225</b>	<b>8.750</b>	<b>-14%</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>11</b>	<b>10.225</b>	<b>8.750</b>	<b>-14%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO ==&gt;</b>		<b>65.852</b>	<b>64.191</b>	<b>-2%</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO ==&gt;</b>		<b>65.852</b>	<b>64.191</b>	<b>-2%</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DEFICIT FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA							
	Notas	2.011	2.012	A.V.	2.011	2.012	A.V.			
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde ==&gt;</b>	24	<b>2.155</b>	<b>1.873</b>	<b>-13%</b>	<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		2.151	1.873	-13%	(+)	Recebimento de Planos Saúde	3.029	3.086	2%	
Varição das Provisões Técnicas		3	-	-100%	(+)	Resgate de Aplicações Financeiras	2.265	2.477	9%	
					(+)	Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	431	427	-1%	
<b>Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos ==&gt;</b>		<b>(1.745)</b>	<b>(1.249)</b>	<b>-28%</b>	(+)	Outros Recebimentos Operacionais	154.563	219.532	42%	
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(1.742)	(1.180)	-32%	(-)	Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	65.664	42.445	-35%	
Varição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(3)	(69)	2472%	(-)	Pagamento de Pessoal	47.531	78.158	64%	
					(-)	Pagamento de Serviços Terceiros	23.252	44.182	90%	
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE ==&gt;</b>	25	<b>410</b>	<b>623</b>	<b>52%</b>	(-)	Pagamento de Aluguel	-	125	0%	
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		-	-	0%	(-)	Pagamento de Outros Tributos	15.308	22.538	47%	
Receitas com o SUS		130.472	174.355	34%	(-)	Pagamento de Ações Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	107	10.897	10072%	
Outras Receitas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		11.318	20.098	78%	(-)	Aplicações Financeiras	1.965	5.320	171%	
					(-)	Outros Pagamentos Operacionais	3.753	11.447	205%	
<b>RESULTADO BRUTO ==&gt;</b>		<b>142.200</b>	<b>195.076</b>	<b>37%</b>	<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>			<b>2.708</b>	<b>10.408</b>	<b>284%</b>
Despesas de Comercialização		-	-	0%	<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Despesas Administrativas	26	(70.134)	(2.738)	-96%	(+)	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-	0%	
Outras Receitas Operacionais		4.319	7.259	68%	(+)	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	-	0%	
					(+)	Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-	0%	
<b>Outras Despesas Operacionais ==&gt;</b>	27	<b>(86.170)</b>	<b>(198.973)</b>	<b>131%</b>	(-)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	114	1.302	1040%	
Provisão Para Perdas Sobre Créditos		(410)	(54)	-87%	(-)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-	-	0%	
Outras		(85.760)	(198.919)	132%	<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>			<b>(114)</b>	<b>(1.302)</b>	<b>1040%</b>
					<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
<b>Resultado Financeiro Líquido ==&gt;</b>	28	<b>1.248</b>	<b>(5.342)</b>	<b>-528%</b>	(+)	Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	38.062	0%	
Receitas Financeiras		29.359	1.679	-94%	(+)	Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	228	-	-100%	
Despesas Financeiras		(28.111)	(7.021)	-75%	(-)	Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	4.616	0%	
					(-)	Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	3.019	42.648	1313%	
<b>Resultado Patrimonial ==&gt;</b>		<b>(1.019)</b>	<b>1.034</b>	<b>-201%</b>	(-)	Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	10	0%	
Receitas Patrimoniais	35	933	1.034	11%	<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>			<b>(2.790)</b>	<b>(9.212)</b>	<b>230%</b>
Despesas Patrimoniais	36	(1.952)	-	-100%	<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>					
					<b>CAIXA – Saldo Inicial</b>			549	319	-42%
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES ==&gt;</b>		<b>(9.556)</b>	<b>(3.684)</b>	<b>-61%</b>	<b>CAIXA – Saldo Final</b>			319	213	-33%
					<b>Ativos Livres no Início do Período (*)</b>			3.557	1.585	-55%
					<b>Ativos Livres no Final do Período (*)</b>			1.585	3.363	112%
<b>RESULTADO LÍQUIDO ==&gt;</b>		<b>(9.556)</b>	<b>(3.684)</b>	<b>-61%</b>	<b>Aumento/(Diminuição) nas Aplíc. Financ. – RECURSOS LIVRES</b>			<b>(1.971)</b>	<b>1.778</b>	<b>-190%</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total
<b>Em 01 de Janeiro de 2011</b> →	<b>2.372</b>	-	-	<b>10.475</b>	<b>(56.852)</b>	<b>(44.005)</b>
Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(678)	678	-
Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
Superávit/Deficite do exercício	-	-	-	-	(9.556)	(9.556)
<b>Em 31 de Dezembro de 2011</b> →	<b>2.372</b>	-	-	<b>9.797</b>	<b>(65.730)</b>	<b>(53.561)</b>
Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(6.924)	(6.924)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(678)	678	-
Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
Superávit/Deficite do exercício	-	-	-	-	(3.684)	(3.684)
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b> →	<b>2.372</b>	-	-	<b>9.119</b>	<b>(75.660)</b>	<b>(64.169)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade "Santa Casa", instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1.919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão promover saúde e reconhecimento com excelência e sustentabilidade, visando o bem estar do cliente externo e interno.

Em 13 de janeiro de 2005, através do decreto nº 9.131, foram requisitados na forma do artigo 15, Inciso XII da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Administração Pública Municipal, os bens e serviços correspondentes, prestados e existentes na Santa Casa de Campo Grande, ficando o Senhor Secretário Municipal de Saúde Pública responsável pela gestão integral da Santa Casa, podendo executar medidas necessárias ao reverso da situação atual, inclusive proceder à nomeação através de Portarias, de servidores municipais ou não, encarregados da administração da Santa Casa. A administração do nosocômio foi operacionalizada por meio do convênio firmado entre o Município de Campo Grande, o Estado de Mato Grosso do Sul e a União Federal, através do Ministério da Saúde, conforme descrito no art. 4º do decreto 9.131 de 13 de janeiro de 2005.



Referida requisição, vigoraria até 31 de dezembro de 2.005 ou enquanto persistisse o motivo da intervenção, sendo prorrogado o prazo da requisição, prevista no art. 3º, através do Decreto Municipal n.º 9.131, de 13 de janeiro de 2005, até 30 de dezembro de 2006, e novamente prorrogado, através do decreto n.º 9.801 de 22 de dezembro de 2006.

Em 19 de dezembro de 2007, o Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, representado pelo Procurador de Justiça, O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República e o Ministério Público do Trabalho, representado pelo Procurador do Trabalho, moveram Ação Civil Pública Intervenção Judicial em face do ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE, alegando em síntese, que em investigação preliminar acerca do funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva do Hospital de Caridade Santa Casa mantido pela Associação Beneficente de Campo Grande acabou por defrontar com sucessivas crises no funcionamento geral do Hospital, dizendo que tais fatos podem ser demonstrados no início do procedimento pela paralisação do Corpo Clínico da Santa Casa, e pelo Relatório de Inspeção 216/03, elaborado pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária – ANVISA, onde o Meritíssimo Juiz de Direito Dr. Dorival Moreira dos Santos, deferiu os pedidos formulados pelos autores, para o fim de determinar a intervenção judicial provisória na Associação Beneficente de Campo Grande pelo período inicial de um ano.

Em 18 de junho de 2009 foi publicado no diário da justiça de n.º. 1986, onde homologa a substituição dos membros da junta administrativa, passando a atuar Pedro Chaves dos Santos Filho, em substituição a Rubens Trombini Garcia e Salim Chead em Substituição a Natalicio Gonçalves de Almeida.

Em 02 de julho de 2010 foi publicado no Diogrande – Diário Oficial de Campo Grande – MS, n.º. 3.065 o Ato de Designação dos Técnicos da Junta Administrativa do Hospital Santa Casa de Campo Grande – MS, onde ficou estabelecido a substituição do Diretor Presidente, Pedro Chaves dos Santos Filho pelo Sr. Jorge de Oliveira Martins.

Em 01 de Julho de 2011, foi publicado no Diário Oficial de Campo Grande/MS (DIOGRANDE) o Decreto "PE" n. 1062 de 30 de Junho de 2011, designando o servidor IssamMoussa, matricula n. 213896 pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura de Campo Grande, lotado na Diretoria de Relações Institucionais em Saúde/SESAU para, conforme determinação judicial, Desempenhar a função de Presidente da Junta Administrativa da Associação Beneficente de Campo Grande (Santa Casa), com efeito a contar de 21 de Junho de 2011.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia.

As alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória n.º 449/08, tiveram como principal impacto nas respectivas demonstrações contábeis: i) a substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa; ii) obrigatoriedade de a Entidade analisar periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairmenttest); e iii) eliminação do subgrupo "Resultados não operacionais", na demonstração de resultado do período.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

### a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa n.º 290/2012 e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21, em consonância com a resolução CFC n.º 1409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

### b) Base para Avaliação e Moeda Funcional

A moeda funcional da Entidade é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 4. Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### 5. Aplicações

A Entidade determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação.

Representadas por investimentos em títulos de liquidez imediata, demonstradas pelo valor original e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2012 as Aplicações Financeiras estão segregadas em dois grupos: Aplicações Financeiras – Recursos Próprios com saldo no valor de R\$ 3.149.699 (três milhões cento e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e nove reais), está distribuída em aplicação CDB DI, e Aplicações Financeira vinculada a provisões técnicas no valor de R\$ 188.765 (cento e oitenta e oito mil setecentos e sessenta e cinco reais).

### i. Resumo da classificação das aplicações

DESCRIÇÃO APLICAÇÕES	2.011	2.012
<b>Brasil (2609-3 / 6145-X)</b>	<b>20.121</b>	<b>-</b>
<b>CEF (0017 / 003.00206658-5)</b>	<b>1.245.982</b>	<b>3.149.699</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>1.266.103</b>	<b>3.149.699</b>

### ii. Cobertura das provisões técnicas

DESCRIÇÃO APLICAÇÕES	2.011	2.012
<b>CEF (0017/003.0000168-3)</b>	<b>174.633</b>	<b>188.765</b>

6. **CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**  
São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos. A Companhia constituiu provisão para riscos de crédito sobre os valores pendentes de recebimento por mais de 60 dias.

CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER	2.011	2.012
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	166.222	43.577
<b>Total à vencer ==&gt;</b>	<b>166.222</b>	<b>43.577</b>
<b>Vencidos</b>		
Até 30 dias	28.006	50.818
De 31 a 120 dias	42.924	7.380
Acima de 121 dias	38.440	65.761
<b>Total vencidos ==&gt;</b>	<b>109.370</b>	<b>123.959</b>
<b>Provisão para risco de crédito</b>		
Provisão	(7.176)	(5.249)
<b>Total provisão para risco de crédito ==&gt;</b>	<b>(7.176)</b>	<b>(5.249)</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>268.416</b>	<b>162.287</b>

## 7. CREDITO DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA A SAUDE NÃO RELACIONADO COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS (Sistema Único de Saúde)

Creditos não relacionados com Plano de Saúde	2.011	2.012
<b>Convênios a receber</b>	<b>1.730.895</b>	<b>6.915.895</b>
<b>(-) Valores em transito</b>	<b>(342.479)</b>	<b>(1.485.062)</b>
<b>SUS a receber</b>	<b>13.283.377</b>	<b>16.257.483</b>
<b>(-) Valores em transito</b>	<b>(1.034.600)</b>	<b>(260.000)</b>
<b>Recurso de glosa</b>	<b>181.970</b>	<b>457.949</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>13.819.163</b>	<b>21.886.264</b>

## 8. BENS E TITULOS A RECEBER

Encontram-se registrados nesse grupo valores em almoxarifado para consumo avaliados pelo custo de aquisição e títulos a receber oriundos de operações com cartão de crédito e recebimentos em cheques pré-datados.

	2.011	2.012
<b>Almoxarifado</b>	<b>4.064.344</b>	<b>4.043.569</b>
<b>Empréstimos e depósitos compulsórios</b>	<b>476.763</b>	<b>890.553</b>
<b>Títulos a receber</b>	<b>83.816</b>	<b>83.704</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>4.624.922</b>	<b>5.017.825</b>

## 9. DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os depósitos por determinação judicial oriundos de processos trabalhistas e cíveis, perfazendo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 488.823 (quatrocentos e oitenta e oito mil oitocentos e vinte e três reais), encontram-se ainda registrados neste grupo Bloqueios Judiciais em conta corrente da entidade que em 31 de dezembro de 2012 perfaz o montante de R\$ 2.207.684 (dois milhões duzentos e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais), saldo este que encontra-se em trabalho de conciliação específica.

DESCRIÇÃO DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2.011	2.012
<b>DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS</b>	<b>1.344.853</b>	<b>488.823</b>
<b>BLOQUEIO JUDICIAL</b>	<b>2.040.193</b>	<b>2.207.685</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>3.385.046</b>	<b>2.696.508</b>

## 10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e máquinas e utensílios, a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. A Entidade procedeu à revisão das vidas úteis e atualização de seus ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 27 (CPC 27 – Ativo Imobilizado), contudo, em função da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS não permitir tais ajustes, não se procederam os lançamentos contábeis.





Imobilizado	2.011	2.012	Tx Deprec
<b>IMOVEIS</b>	22.000	22.000	0%
<b>MAQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	5.720.692	5.592.573	10%
<b>INFORMATICA</b>	422.879	437.356	20%
<b>MOVEIS E UTENSILIOS</b>	776.151	860.566	10%
<b>IMOBILIZADOS EM CURSO</b>	13.412.286	13.045.524	0%
<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES</b>	1.969	71.209	10%
<b>Total ==&gt;</b>	<b>20.355.977</b>	<b>20.029.228</b>	

**11. CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Encontra-se registrados nesta conta os valores oriundos de convênios celebrados com entidades públicas e privadas que em 31 de dezembro perfaz o montante de R\$ 8.749,494 (oito milhões setecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e quatro reais).

PATRIMÔNIO SOCIAL	2.011	2.012
<b>Conta de Compensação</b>	<b>10.225.553</b>	<b>8.749.494</b>

**12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA A SAUDE**

São registradas com base nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base em contrapartida à rubrica "Eventos indenizáveis líquidos."

PROVISÕES TÉCNICAS	2.011	2.012
<b>RESSARCIMENTO AO SUS</b>	-	255.300
<b>REDE CONTRATADA / CREDENCIADA</b>	93.083	154.413
<b>PROVISAO PARA EVENTOS OCORRIS E NÃO AVISADOS</b>	63.797	132.652
<b>Total ==&gt;</b>	<b>156.881</b>	<b>542.365</b>

**13. OUTROS DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE**

São registrados neste grupo os débitos oriundos de prestação de serviços aos usuários do plano de saúde.

OUTROS DÉBITOS OPERAÇÕES ASSISTENCIA A SAÚDE	2.011	2.012
<b>FORNECEDOR SERVIÇO HOSPITALAR</b>	1.471.619	1.377.400

**14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos incidentes sobre folha de pagamento e retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas e funcionários.

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	2.011	2.012
<b>INSS A RECOLHER</b>	290.258	1.478.611
<b>INSS S/AUTONOMOS A RECOLHER</b>	105.344	300.250
<b>INSS S/PJ A RECOLHER</b>	698	5.427
<b>FGTS A RECOLHER</b>	830.204	1.592.460
<b>PIS S/FOL PGTO A RECOLHER</b>	47.333	200.985
<b>Total ==&gt;</b>	<b>1.273.836</b>	<b>3.577.733</b>

**15. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR**

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

Empréstimos	2.011	2.012
<b>CEF 07.0017.610.000019-20</b>	23.128.267	19.842.413
<b>RURAL 96-001917-9</b>	783.333	-
<b>ITAU (CTA GARANTIDA)</b>	-	808.925
<b>Total ==&gt;</b>	<b>23.911.600</b>	<b>20.651.339</b>

**16. DÉBITOS DIVERSOS**

São registrados nesta conta os valores correspondentes à folha de pagamento dos funcionários, fornecedores de materiais e medicamentos, próteses e débitos diversos não relacionadas com plano de saúde.

Débitos diversos	2.011	2.012
<b>Salários a pagar</b>	3.133.067	4.239.047
<b>Férias (Provisões)</b>	4.726.072	7.542.660
<b>Outras obrigações com pessoal</b>	418.655	486.045
<b>Fornecedores (Mat Med / Protese / Serv)</b>	49.017.572	33.171.329
<b>Outros débitos a pagar</b>	3.919.635	1.473.872
<b>Total ==&gt;</b>	<b>61.215.000</b>	<b>46.912.953</b>

**17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

Encontram-se registrados nesta conta os débitos oriundos do parcelamento efetuado pela entidade em 10 de outubro de 2007, amparado pela lei nº. 11.345, de 14 de setembro de 2006. (timemania), parcelou seus débitos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 perfaz o valor de R\$ 14.541.872 (quatorze milhões quinhentos e quarenta e hum mil oitocentos e setenta e dois reais).

Na mesma data a entidade pediu a exclusão do saldo remanescente da conta refis, e inserindo-a no parcelamento acima citado, conforme artigo citado na referida lei.

Tributos e encargos sociais (parcelamento timemania)	2.011	2.012
<b>Contribuições Previdenciárias</b>	3.367.443	3.287.758
<b>Outros tributos e encargos</b>	12.327.558	11.253.113
<b>Total ==&gt;</b>	<b>15.695.000</b>	<b>14.540.872</b>

**18. PROVISÕES CONTINGENCIAIS**

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

Conforme determina o CPC 25 e após análise de nossos consultores jurídicos a entidade possui o montante de R\$ 2.490.434 (dois milhões quatrocentos e noventa mil quatrocentos e trinta e quatro reais), julgado pelos nossos consultores jurídicos como possível de perda.

Ainda com julgamento por nossos consultores jurídicos foi avaliado como provável de perda o montante de R\$ 8.245.426 (oito milhões duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e seis reais), desse montante R\$ 1.500.642 (hum milhão quinhentos mil seiscentos e quarenta e dois reais) se referem ao ano de 2012.

**19. DÉBITOS DIVERSOS (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)**

São registrados nesta conta os débitos oriundos de parcelamento de fornecedores cujo prazo se estenda a vencimento superior a data de 31 de dezembro de 2013.

Débitos Diversos (Não Circulante)	2.011	2.012
<b>Fornecedores</b>	913.961	15.668.193
<b>Outros débitos</b>	402.239	447.710
<b>Outras exigibilidades de Longo Prazo</b>	1.089.800	542.027
<b>Total ==&gt;</b>	<b>2.406.000</b>	<b>16.657.929</b>

**20. PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio líquido da entidade perfaz o montante de R\$ 2.372 mil

PATRIMÔNIO SOCIAL	2.011	2.012
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>2.371.805</b>	<b>2.371.805</b>

**21. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

A reserva de reavaliação refere-se à avaliação efetuada pela entidade em 2001.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO	2.011	2.012
<b>RESERVA DE REAVALIAÇÃO</b>	<b>9.796.737</b>	<b>9.118.777</b>

**22. SUPERÁVIT / DÉFICIT**

A entidade no decorrer do exercício de 2012 encerrou-se com déficit demonstrado abaixo

SUPERÁVIT / DÉFICIT	2.011	2.012
<b>Prejuízos (Déficits) Acumulados</b>	(56.174.242)	(71.976.444)
<b>Prejuízos (Déficits) Resultado</b>	(9.556.356)	(3.683.546)
<b>Total ==&gt;</b>	<b>(65.730.597)</b>	<b>(75.659.990)</b>

**23. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

No decorrer do exercício foram efetuados ajustes de exercícios anteriores nas seguintes contas.

AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	2.012
<b>PROVISAO CONTINGENCIAS CIVEIS E TRABALHISTAS</b>	6.945.784
<b>DEPOSITOS JUDICIAIS</b>	71.305
<b>Total ==&gt;</b>	<b>7.017.089</b>

**24. CONTRAPRESTAÇÕES DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTENCIA A SAÚDE**

As contraprestações de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidas a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços. As receitas com administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

**25. CRÉDITO DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADO COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA**

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS (Sistema Único de Saúde)

**26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2.011	2.012
<b>DESPESAS COM PESSOAL PROPRIO</b>	242.259	279.746
<b>DESPESAS C/SERV TERCEIROS</b>	1.027.288	425.854
<b>DESPESAS C/LOCALIZ E FUNCIONAMENTO</b>	12.355	34.958
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	-	6.604
<b>Total ==&gt;</b>	<b>1.281.902</b>	<b>747.163</b>

**27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2.011	2.012
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	57.545.779	64.494.461
<b>DESPESAS C/SERV TERCEIROS</b>	54.745.348	61.063.369
<b>DESPESAS C/MATERIAIS E MEDICAMENTOS</b>	33.664.684	35.828.424
<b>Total ==&gt;</b>	<b>145.955.811</b>	<b>161.386.255</b>



## 28. Resultado financeiro

Receitas Financeiras		2.011	2.012
REC.FINANC. C/OPERAÇÕES ASSISTENCIA		12.358	-
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS		29.346.541	1.679.239
Sub-total ==>		29.358.899	1.679.239
Despesas Financeiras		2.011	2.012
DESPESAS FINANCEIRAS COM OPERACOES CREDITO		-	146.897
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS		28.110.790	6.873.871
Sub-total ==>		28.110.790	7.020.768
Total ==>		1.248.109	(5.341.529)

## 29. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse, gozadas durante o ano de 2012 foi de R\$ 26.988.642 (vinte e seis milhões novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2012 foi de R\$ 21.504.171 (vinte e um milhões quinhentos e quatro mil cento e setenta e um reais).

ISENÇÕES		2.011	2.012
IR		1.538.397	1.596.075
PIS / COFINS / CSLL		7.620.254	10.397.332
I.S.S.		6.841.240	9.510.764
I.N.S.S.		20.165.738	26.988.642
Total ==>		36.165.629	48.492.812

## 30. GRATUIDADES

Em substituição a exigência registrada no inciso VI do artigo 3º do decreto 2.536 de 06/04/98, a entidade registrou o percentual de 90,17% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 70% do total da capacidade contratada.

## 31. SUBVENÇÕES

Conforme as exigências da NBCT 10.19.9 (Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Sem Fins Lucrativos) a entidade recebeu subvenções do poder público através da celebração de convênios no montante de R\$ 4.488.950 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e oito mil novecentos e cinquenta reais), a Entidade recebeu através de convênios particulares o montante de R\$ 1.240.549 (hum milhão duzentos e quarenta mil quinhentos e nove reais).

Subvenções		2.011	2.012
CONVENIO ESCOLAS		228.756	240.550
CONV 916/2002 - HOSPITAL TRAUMA		964.621	4.334.704
CONV UNIDER 305/PROEX		1.000.000	1.000.000
CONVENIO 340 - CRECHE		84.912	154.246
Total ==>		2.278.289	5.729.499

## 32. DOAÇÕES

A entidade recebeu no ano de 2.012 doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades públicas o correspondente ao valor total de R\$ 351.534 (trezentos e cinquenta e um mil quinhentos e trinta e quatro reais).

## 33. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade passou a manter cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

## 34. PLANO DE SAÚDE

A Entidade é operadora de um plano de saúde denominado Santa Casa Saúde, com 1.861 vidas em 31/12/2012. Este plano de saúde foi vendido para a Unimed Cooperativa de Trabalho Médico de Campo Grande, essa transação encontra-se em discussão judicial, e enquanto não resolvida a questão, a Entidade vem prestando todos os serviços aos conveniados e recebendo as mensalidades dos conveniados.

## 35. AJUSTES POR MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

### ISSAM MOUSSA

Presidente Junta Administrativa  
CPF 157.543.241-20

### RINALDO HAKME ROMANO

Contador  
CRC-MS 010205/O

### NILO SERGIO LAUREANO LEME

Téc. Junta Administrativa  
CPF 023.450.649-00

### ANTONIO LASTORIA

Téc. Junta Administrativa  
CPF 979.942.438-00

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



### Aos

Membros da Junta Interventora e da Junta Administrativa da Associação Beneficente de Campo Grande - (Santa Casa de Campo Grande)

CNPJ: 03.276.524/0001-06

### Introdução

1. Examinamos as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2012 da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, inscrita no CNPJ sob Nº 03.276.524/0001-06, levantados em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Contábeis

2. A administração da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade do auditor independente

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Base para opinião com ressalva

6. A Entidade não dispõe de controles internos sobre os Empréstimos de Materiais e Medicamentos, que possibilitem a aplicação de procedimentos de auditoria para assegurar a adequação dos saldos contábeis. Dessa forma, não nos foi possível concluir quanto ao saldo da rubrica Empréstimos Concedidos e Empréstimos Recebidos no montante de R\$ 890 mil e R\$ 1.063 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2012.

7. Conforme descrito na Nota Explicativas nº 10, a Entidade procedeu à revisão das vidas úteis e atualização de seus ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 27 (CPC 27 – Ativo Imobilizado), contudo, em função da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS não permitir tais ajustes, não se procederam os lançamentos contábeis. Em decorrência dessa limitação, não nos foi possível concluir se o montante de depreciação registrada no resultado do exercício de 2012, no montante de R\$ 1.990 mil, reflete de fato o efetivo desgaste dos Ativos Imobilizados naquelas datas.

8. Conforme descrito na Nota Explicativas nº 8, a Entidade possui saldo de estoque em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 4.043 mil. Embora a entidade tenha realizado inventário e houve acompanhamento de tal procedimento em 2012 como é requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, sendo possível concluir sobre a existência desses ativos em 31 de dezembro de 2012, contudo, se observou lançamentos no sistema do estoque com a rubrica de empréstimos de produtos concedidos e recebidos sem os devidos controles e acompanhamentos das baixas no decorrer do exercício, conforme determina a NBC TG 16, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, não sendo possível avaliar esses reflexos no balanço.

9. O saldo contábil de fornecedores de prótese, quando comparado com os registros financeiros auxiliares, apresenta uma diferença de R\$ 350 mil para 31 de dezembro de 2012, que não foi conciliada até o término de nossos exames.

10. O saldo contábil de Convênios a receber, quando comparado com os registros financeiros auxiliares, apresenta uma diferença de R\$ 395 mil para 31 de dezembro de 2012, que não foi conciliada até o término de nossos exames.

### Opinião com Ressalva

11. Em nossa opinião, exceto pelo mencionado no parágrafo 6 e quanto aos possíveis efeitos que possam advir das limitações mencionadas nos parágrafos de 7 a 10 mencionados no item "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus



fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Sem alterar a nossa opinião, e a dos auditores anteriores, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

12. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da entidade. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos empréstimos, financiamentos e fornecedores, a dificuldade de geração de caixa e, conseqüentemente, a redução do capital circulante, são indicadores que dificultarão a Administração na manutenção normal de suas atividades, o que gera dúvidas significativas sobre a continuidade da Entidade. A continuidade normal da Entidade dependerá sobremaneira de aportes financeiros, da redução significativas dos custos e despesas operacionais e da efetiva manutenção e monitoramento sobre o plano de reestruturação financeira operacional, que vem sendo adotado pela junta interventora nos últimos exercícios. As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajuste decorrente desta incerteza.
13. A Operadora, Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, possui provisões técnicas que somam R\$. 698.341,79 e aplicações financeiras que somam o valor de R\$. 3.338.464,64, (aplicação vinculada e não vinculada) apresentando uma suficiência de **lastro financeiro** no montante de R\$. 2.240.122,85. Porém, em 31.12.2012 apresentou uma insuficiência de **Ativos Garantidores** no montante de R\$. 355.163,44.
14. A Auditoria apurou que o Patrimônio Líquido da Operadora está Descoberto no valor de - R\$. 64.169.406,90 e que as principais exigências econômico-financeiras tais como o Índice de Liquidez, PMA e Margem de Solvência se encontram irregular em função do Patrimônio Social estar descoberto.
15. A Entidade é titular de uma conta-corrente no Banco Santander S.A., que foi aberta exclusivamente para que fossem recebidos da Federação Brasileira de Hospitais – FBH recursos provenientes da Execução de Ação Judicial, movida pela FHB contra a União Federal. Sobre essa conta-corrente, a Administração da Entidade não possui autorização de movimentação e/ou acesso para averiguar se existiu algum tipo de movimentação financeira da Entidade. As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajuste decorrente dessa situação.

16. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 34, a Entidade é operadora de um plano de saúde denominado Santa Casa Saúde, com 1.861 vidas em 31/12/2012. Este plano de saúde foi vendido para a Unimed Cooperativa de Trabalho Médico de Campo Grande, essa transação encontra-se em discussão judicial, e enquanto não resolvida a questão, a Entidade vem prestando todos os serviços aos conveniados e recebendo as mensalidades dos conveniados. Não é possível precisar os possíveis efeitos quando do desfecho da ação judicial. As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajuste decorrente dessa incerteza.
17. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Entidade possui saldo em 31 de dezembro de 2012, no grupo de contas de Depósitos Judiciais e Fiscais, conta Bloqueio Judicial que somam o valor de R\$ 2.207 mil, e, que até o fechamento do balanço não havia sido concluído as conciliações.
18. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 29 e 30, a Entidade registrou em Nota Explicativa as beneficências com as Gratuidades Auferidas e as Gratuidades Concedidas, não sendo possível precisar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis que não incluem qualquer ajuste decorrente dessa incerteza.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos Valores correspondentes aos Exercícios de 2011

19. As demonstrações financeiras da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas e auditadas pela KPMG Auditores Independentes – CRC/SP nº 014428/O-6 S-MS, cujo técnico responsável foi Marcelo Jose de Aquino, contador CRC-SP nº 183836/O-6 S-MS que emitiram relatório em 20 de julho de 2012 **com Ressalva**.

Campo Grande-MS, 28 de março de 2013.

**ODÁCIO PEREIRA MOREIRA**

Contador CRC/MS 002731/O-7

CVM Nº 9.776 – CNAI Nº 435

**RICARDO FIRMINO MOREIRA**

Contador CRC/MS 011255/O-0

**ALTERCONT – Auditoria e Consultoria S/S.**

CRC/MS 00560/O-6

CNPJ 13.256.754/0001-59